



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

# III SINESPP

20 a 24  
OUTUBRO  
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS  
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

## EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

### A JUSTIÇA SOCIAL PERANTE O ENVELHECIMENTO DA VELHA TRABALHADORA BRASILEIRA

#### SOCIAL JUSTICE TOWARDS THE AGING OF FEMALE OLD BRAZILIAN WORKER

Débora Matiko Hisano de Souza<sup>1</sup>  
Bruna Thaiana Gonçalves Xavier Pereira<sup>2</sup>  
Nanci Soares<sup>3</sup>

#### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o envelhecimento da mulher brasileira no capitalismo contemporâneo em relação aos seus direitos sociais, sem pretensão de se esgotar a temática, mas sim, explorar elementos constituintes desta realidade para se fortalecer a discussão sobre o tema. Através de uma análise bibliográfica e do método materialismo histórico dialético, serão expostas ideias que concretizam o envelhecimento enquanto uma expressão da questão social, tendo como elemento, o gênero feminino que traz consigo a dura realidade do machismo. Será feita uma análise da importância da proteção social do Estado, através de direitos sociais, para a classe trabalhadora, em especial, para o segmento idoso e feminino.

**Palavras-Chaves:** Envelhecimento; Direitos sociais; Gênero.

#### ABSTRACT

This paper aims to reflect on the aging of Brazilian women in contemporary capitalism in relation to their social rights, without pretending to exhaust the theme, but rather to explore elements that constitute this reality to strengthen the discussion on the theme. Through a bibliographic analysis and the dialectical historical materialism method, ideas that concretize aging will be exposed as an

<sup>1</sup> Assistente social. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". E-mail: debora.matiko@gmail.com

<sup>2</sup> Assistente social. Graduada em 2014 pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Atualmente, mestranda da mesma casa. E-mail: brunathaiana@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Assistente social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Franca. Pós-doutorado pela Universidade de Aveiro - Portugal. Professora Assistente Doutora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social do Campus de Franca. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa: Envelhecimento, Políticas Públicas e Sociedade. E-mail: nancisoares15@gmail.com

expression of the social issue, with the female gender as an element that brings with it the harsh reality of misogyny. An analysis of the importance of social protection of the State, through social rights for the working class, especially for the elderly and female segment, will be made.

**Keywords:** Aging; Social rights; Gender.

## INTRODUÇÃO

O objeto da pesquisa, o envelhecimento da mulher trabalhadora brasileira, enquanto uma expressão da questão social, constitui-se e fundamenta-se através do embate capital/trabalho; sendo assim, é necessário analisar a particularidade do envelhecer e de ser mulher através do modo de produção capitalista. Para apreender esta realidade em uma perspectiva de totalidade, considerando “a realidade como totalidade concreta, isto é, como um todo estruturado em curso de desenvolvimento e de auto-criação” (KOSIK, 2010, p. 43), o método eleito foi o materialista histórico dialético, fazendo um diálogo com a categoria mediação, também conceituado por Kosik (2010). Com intuito de analisar as mediações presentes no envelhecimento e na construção dos direitos sociais da velha trabalhadora, ou seja, fazendo ligação do universal com o singular, será feita uma análise da proteção social voltada para o segmento social estudado enquanto um meio de justiça social. Todos os apontamentos terão como base a pesquisa bibliográfica das referências citadas.

O presente trabalho tem como objetivo central refletir sobre o envelhecimento da trabalhadora brasileira e seus direitos sociais no capitalismo contemporâneo, por meio de uma breve análise sócio-histórica. A velhice da mulher trabalhadora será estudada respeitando a heterogeneidade presente no envelhecimento, “pois os indivíduos envelhecem de forma diferenciada e particular, possuindo mediações com contexto sócio-histórico e político-econômico” (SOARES, POLTRONIERI, COSTA, 2014, p. 134). Como já salientado, o envelhecimento da mulher trabalhadora será estudado enquanto uma expressão da questão social e algumas mediações presentes nesta particularidade serão feitas, visando apresentar a dupla vulnerabilidade presente neste segmento populacional.

No primeiro item deste trabalho, o objeto de pesquisa será aprofundado para se entender a relação do envelhecimento com o sistema capitalista, pautada em um

recorte de gênero. Para investigar a temática, parte-se do pressuposto que a velhice é “caracterizada como a fase do processo de envelhecimento, determinada pelos aspectos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais – está intrinsecamente ligada ao componente classe social, gênero e etnia” (SOARES, POLTRONIERI, COSTA, 2014, p. 134). O aspecto social, relacionando o envelhecimento a classe e gênero, será o ponto principal do item. Já no segundo item, o Estado, enquanto mediador dos conflitos sociais, se apresenta como o agente fundamental para a proteção social, inclusive das velhas trabalhadoras, possuindo a contradição de também ser um instrumento de controle social da burguesia, tendo então que responder conforme se apresenta a luta de classe. Por fim, o presente trabalho visa apresentar as reflexões de forma a contribuir para o debate sobre a temática, sem construir conclusões fixas, já que a realidade possui um movimento contínuo e dialético.

## 2 ENVELHECIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA

A velhice é, em síntese, uma consequência de todos os anos de vida e é mediada por questões universais como o contexto sócio-histórico, político e econômico. Em uma análise sócio-histórica da velhice, Beauvoir (2018) mostra, através de uma pesquisa etnológica, a posição social que as pessoas velhas ocupam e o valor social que é dado a elas em diversas sociedades antes mesmo do sistema capitalista. A autora relata que em sociedades onde havia grandes dificuldades de sobrevivência, especialmente relacionadas a natureza como o clima e o acesso a alimentos, as pessoas mais velhas eram marginalizadas e, em situações onde se tornavam um grande fardo para o coletivo, eram deixadas para morrer ou então eram assassinadas, fatos estes considerados comuns e socialmente aceitos. Além disso, Beauvoir (2018) mostra também que em outras sociedades com melhores condições de sobrevivência, o velho pode adquirir outro status social, que é o de sábio, já que nestas sociedades há uma tendência de se valorizar a religião e a magia; porém este status está intrinsecamente ligado a sua lucidez e ao gênero masculino. “Entretanto, nas sociedades ainda mais avançadas, a influência das pessoas idosas diminui” (BEAUVOIR, 2018, p. 89), entendendo o termo “avanço” através da relação do desenvolvimento da escrita, e não de forma estigmatizada e etnocêntrica perante as sociedades antigas. Nestas sociedades, o poder do místico e religioso diminuem, já que a escrita e ciência passam a deliberar sobre o que é real, e

com isso, o valor dos/as velhos/as passa a se tornar nulo. Na sociedade capitalista, esta dura realidade se faz presente e se acentua devido a questão social, que passa a ser um determinante na construção da velhice.

Para entender o envelhecimento, que é multifacetado e heterogêneo, é preciso compreender que o trabalho é uma categoria central na construção do ser social, inclusive em sistemas econômicos não capitalistas, pois o trabalho é ontológico ao ser social. Lukács (1979, p. 87 apud BARROCO, 2001, p. 26) afirma que “o trabalho é antes de mais nada, em termo genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo”. Dentro do sistema capitalista, o trabalho entra em conflito com o capital, estabelecendo assim a questão social que perpassa a realidade da classe trabalhadora, se agravando ainda mais quando está relacionada a questão geracional e de gênero.

No sistema capitalista, o objetivo econômico e social é o acúmulo de capital, para que isso ocorra uma classe, a burguesa, explora a outra, a trabalhadora; afetando a sociabilidade como um todo. O trabalho gera riqueza, dessa forma, o lucro é feito através do não pagamento adequado do trabalho prestado, ou seja, da exploração da mão-de-obra barata, originando assim a mais-valia. Este embate, entre capital e trabalho, é denominado como questão social. “A questão social expressa, portanto, *disparidade econômica, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais*” (IAMAMOTO, 2001, p. 17, grifos da autora), sendo outra mediação, a idade.

A expropriação e exploração é um elemento universal na vida da classe trabalhadora, já que o lucro possui mais valor sócio-econômico que a própria vida daqueles expropriados dos meios de produção; desse modo, ocorre a desvalorização da vida em prol do capital. Dessa forma, a mediação entre universal e singular afeta de maneira negativa a vida e o envelhecimento da classe trabalhadora, criando a particularidade da velhice trágica. Através dessa relação entre os elementos estruturais presentes no capitalismo e a vida dos/as trabalhadores/as, o processo de envelhecimento se torna uma expressão da questão social na sociedade capitalista. Importante destacar que em outros meios de produção, as pessoas ainda envelhecem, por ser algo inerente ao ser humano; porém no sistema capitalista, o envelhecer sem

proteção social se torna uma expressão da questão social. Segundo Teixeira (2009, p. 65) a questão social se constitui, o eixo articulador, de todas as expressões da “problemática social do envelhecimento do trabalhador que demanda formas de respostas do Estado e da sociedade”.

É importante destacar que a senescência, que é o envelhecimento natural, não é um problema em si, e sim uma conquista, já que significa que a pessoa está vivendo mais. O problema se inicia quando o envelhecimento se associa a senilidade, que é a decrepitude associada a uma questão patológica. O que faz com que este grupo etário se torne marginalizado e desvalorizado socialmente. Esta situação se agrava e se intensifica no sistema capitalista, onde “os valores éticos, estéticos, tendem a se expressar como valores de posse, de consumo, reproduzindo sentimentos, comportamentos e representações individualistas, negadoras da alteridade e da sociabilidade livre” (BARROCO, 2001, p. 35); sendo assim, esses valores acabam por mediar o processo de envelhecimento da classe trabalhadora. Além desses valores que afetam a velhice, o/a trabalhador/a expropriado dos meios de produção sobrevive perante a venda de sua mão-de-obra; o que se dificulta no decorrer do processo de envelhecimento, tanto por questões físicas quanto por questões sociais, como o exército de reserva, que associado a valorização do novo acaba por deixar os/as velhos/as sem grandes chances de possuírem um emprego. A partir desta leitura mais ampla da realidade, é possível perceber que as condições materiais e subjetivas para um envelhecimento digno não estão sob domínio individual, mas sim, social.

Em suma, a classe trabalhadora é explorada no decorrer de toda a sua vida, havendo rebatimento drásticos no seu envelhecimento. Na velhice, os/as trabalhadores/as padecem na desvalorização social e, muitas vezes, no desamparo socioeconômico, devido a exploração e expropriação sofrida. Restando assim, o amparo da família, da sociedade e do Estado, este principal responsável por mediar os conflitos sociais, já que é o que possui mais poder para intervir nesta realidade. Desta forma, entendendo a relação do trabalho e do capital perante o processo de envelhecimento da classe trabalhadora, é possível compreender que este é uma expressão da questão social, que possui mediação também com a questão de gênero.

## Envelhecimento enquanto mulher trabalhadora

A importância de se fazer o recorte de gênero no debate sobre envelhecimento se justifica pelo fato de que “o envelhecimento é também uma questão de gênero. Considerando a população idosa como um todo, observa-se que 55% dela são formados por mulheres” (CAMARANO, 2004, p. 29), sendo este fenômeno denominado como feminização da velhice. Apesar de conquistar uma maior longevidade em relação aos homens, as mulheres não vivem melhor; pelo contrário, “as mulheres que chegam aos 60 anos têm mais tendências que os homens a passar o resto de suas vidas padecendo de alguma doença” (VERAS, 2003, p. 8), sendo esta uma particularidade que apresenta o não privilégio feminino até mesmo em contexto de conquista.

No decorrer da vida, a mulher sofre diversas desvantagens em relação ao homem, devido ao machismo estrutural (BERZINS, 2003, p. 28). Estas desigualdades vividas vão se acumulando no processo de envelhecimento de forma a impactar negativamente na qualidade de vida na velhice. Sendo Debert (2012, p. 89), “os idosos pertencentes às minorias estão em situação de dupla vulnerabilidade”, como por exemplo ser mulher e ser velha. Neste trabalho, a concepção de vulnerabilidade será entendida enquanto consequência do embate capital-trabalho, já que o envelhecimento e a questão de gênero são expressões da questão social.

Para se compreender o envelhecimento da velha trabalhadora, é preciso compreender o que é ser mulher nesta sociabilidade que faz com que as mulheres se tornem uma minoria social. Para definir isso, tomemos a clássica frase de Beauvoir (2016b), uma referência no debate de gênero.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 2016b, p. 11).

Partindo desta concepção de que ser mulher se constitui socialmente, associada com o trabalho enquanto categoria central, é feita uma análise sócio-histórica da divisão primitiva do trabalho por Beauvoir (2016a, p. 84) que apresenta a esfera pública como destinado ao homem e a esfera privada, à mulher. Esta concepção se concretizou com o passar do tempo, de modo que “o mundo do trabalho se estruturou com o

pressuposto de que ‘os trabalhadores’ têm esposas em casa” (MIGUEL, BIROLI, 2014, p. 35-36), sendo assim, tanto o homem quanto a mulher se encontram associados e presos nesta divisão social do trabalho.

Apesar de tanto os homens quanto as mulheres terem suas posições sociais pré-definidas, a questão de gênero se refere a mulher, já que a diferença social de gênero se faz por colocar a mulher, independente da idade, em uma posição inferior em relação aos homens, tanto no quesito físico, quanto no quesito intelectual e habilidoso, de modo que, muitas vezes, “a mulher não é elevada à dignidade de pessoa” (BEAUVOIR, 2016a, p. 118), destituída de direitos. Perante isso, o capital se apropria desta divisão social do trabalho, para justificar as condições precárias e os baixos salários associados às profissões tidas como femininas. Esta justificativa não perpassa apenas o âmbito do trabalho; dela se origina as esferas pública e privada, que “é uma forma de isolar a política das relações de poder na vida cotidiana, negando ou desinflando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares” (MIGUEL, BIROLI, 2014, p. 31). Dessa maneira, a mulher se desvincula da política em todos os âmbitos de relação de poder, ou seja, ela é posta como inferior em todas as relações sociais, estando assim em desvantagem e sem grande poder social para lutar pelos seus direitos.

No processo de envelhecimento e também na velhice, a mulher sofre discriminação, pois todas as particularidades que ocorrem no decorrer de sua vida se expressam novamente e continuamente na velhice. Em suma, na velhice, a mulher trabalhadora sofre os rebatimentos por ser da classe trabalhadora e também por ser mulher, havendo aqui a “dupla vulnerabilidade” já citada anteriormente (DEBERT, 2012, p. 89); o que se agrava com o fato de que essas duas minorias sociais demandam políticas públicas, em uma estrutura patriarcal, machista e, atualmente, associada ao ideário neoliberal.

### **3 PROTEÇÃO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL**

Os/as velhos/as, enquanto grupo etário marginalizado de seus direitos e valores sociais, só passaram a ter visibilidade quando ocorreu o envelhecimento populacional em grande escala. “Apesar de o envelhecimento populacional ser amplamente reconhecido como uma das principais conquistas sociais do século XX, reconhece-se, também, que este traz grandes desafios para as políticas públicas” (CAMARANO, 2004,

p. 253). Apesar de concordarmos com as ideias trazidas nesta afirmação de Camarano (2004), de conquista social e de desafio, esse tal reconhecimento não ocorre com facilidade fora do debate crítico acadêmico, pois há a ideologia dominante, que é burguesa e atualmente neoliberal; porém os desafios citados realmente se fazem presentes em todos os contextos. Para concretizar esta ideologia, Paulo Netto (2012, p. 417) a apresenta enquanto um projeto neoliberal, que possui como “tríplice mote da ‘flexibilização’ (da produção, das relações de trabalho), da ‘desregulamentação’ (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da ‘privatização’ (do patrimônio estatal)”. Esta tríade possui o intuito de competir pelo fundo público que seria destinado às políticas sociais. Neste ideário, o dinheiro público deve ser transferido para financiar políticas relacionadas ao interesse do capital. Desse modo, o envelhecimento populacional é tido como um problema econômico; colocando o valor do capital acima do valor da vida.

Apesar de se debater sobre o envelhecimento populacional de maneira global, é importante destacar que este fenômeno não é homogêneo. Pelo contrário, ainda há populações que não atingiram a longevidade. “Em países africanos como Serra Leoa a expectativa de vida em 2003 não ultrapassava a 36 anos, não tendo se alterado significativamente até o momento” (COSTA, SOARES, 2016, p. 58). Este exemplo relembra o fato de o envelhecimento ser multifacetado e heterogêneo. No Brasil por outro lado, “a expectativa de vida dos brasileiros aumentou da década de 1980 até 2012” (LEMOS *et al*, 2017, p. 167), então podemos concluir que de modo geral o país seguiu o fenômeno mundial.

A intervenção estatal perante as demandas da classe trabalhadora envelhecida se apresenta como um modo de justiça social e de contenção da luta de classe, que visa ter suas demandas sociais atendidas. Com o envelhecimento populacional, cresceu a demanda por políticas públicas específicas para esta população, inclusive no Brasil, visando a construção da proteção social para este segmento, sendo que a mesma se estabelece a partir de diversas políticas públicas que juntas abarcam os indivíduos em sua totalidade, construindo assim uma estrutura política capaz de efetivar a justiça social. O fenômeno do envelhecimento populacional “longe de ser um dado natural, se configura como resultado da reprodução do sistema do capital” (CAMPELO E PAIVA, 2014, p. 125), pois o exército de reserva, ou seja, as pessoas não empregadas, incluindo

os/as velhos/as, potencializa o acúmulo de capital, por justificar os baixos salários em relação ao alto contingente de mão-de-obra. Desse modo, o capital se apropria de todo o processo de envelhecimento a seu benefício.

Tendo o trabalho como categoria central, os impactos na vida da classe trabalhadora perante as expressões da questão social são drásticos, cabendo ao Estado intervir para intermediar os conflitos de poder e de dominação presente no sistema capitalista; porém, “com o monopólio da força, em meio a e embebido da luta de classes, atua o Estado, sob a direção do capital” (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 55). É dentro desta contraditoriedade que o Estado capitalista se constitui, tendo que atender as demandas da classe trabalhadora, beneficiando assim ambas as classes; a burguesa por minimizar os conflitos da luta de classe e a trabalhadora por atender, mesmo que minimamente, às suas necessidades. Com o ideário neoliberal, o Estado deixa de ser visto como responsável por atender estas demandas sociais.

As transformações ocorrentes no plano político são igualmente notáveis e portadoras de novas problemáticas. Impactados pelas novas dinâmicas econômicas e socioculturais, sociedade civil e Estado da ordem tardoburguesa modificam-se nas suas esferas próprias e nas suas relações (PAULO NETTO, 2012, p. 421).

Apesar das ações do Estado serem principalmente e estruturalmente em prol dos interesses da classe dominante e apesar do atual contexto neoliberal intensificar os modos de produção e reprodução do capital, agravando proporcionalmente as expressões da questão social, como o envelhecimento trágico e a questão de gênero, é através do Estado que podemos alcançar a justiça social para as minorias sociais, por meio de um sistema de proteção social, sendo que “promover uma velhice bem-sucedida é uma questão de justiça social” (DEBERT, 2012, p. 146). Para enfrentar este desafio, é preciso se fortalecer enquanto indivíduo e coletivo para assim lutar por políticas públicas mais justas.

#### **4 CONCLUSÃO**

Este presente trabalho teve como objetivo refletir sobre o envelhecimento da mulher trabalhadora brasileira no capitalismo contemporâneo em relação aos seus direitos sociais; sendo ele alcançado. Já que a pretensão não era de se esgotar a temática, mas sim, debater elementos constituintes desta realidade. Elementos centrais

para o debate foram levantados como: o trabalho enquanto categoria central na construção do ser social, tendo rebatimentos diretos no envelhecimento e na vida da mulher, transformando estas realidades em expressões da questão social no sistema capitalista; a associação destas duas expressões que intensificam a vulnerabilidade social do segmento populacional estudado; o ideário neoliberal que agrava a realidade vivida pelas minorias sociais; e o Estado enquanto instrumento de dominação da classe dominante sobre a classe trabalhadora, mas sendo também o possível meio de se construir uma justiça social à velha trabalhadora.

Estes elementos centrais abordados são particularidades da realidade que permitem compreender a totalidade do envelhecimento da mulher brasileira e os direitos sociais como forma de justiça social. Eles se relacionam de maneira dialética e histórica, construindo a realidade social. Lembrando que para que o envelhecimento da mulher trabalhadora não se torne trágico, é necessária a ação do Estado para que as demandas deste segmento sejam atendidas, efetivando assim a justiça social para este segmento.

## REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. 3 ed. 1 v. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 3 ed. 2 v. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.

BEHRING, Elaine Rossetti; Boschetti, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BERZINS, Marília Anselmo Viana da Silva. Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 75, p. 19-34, set./out. 2003.

CAMARANO, Ana Amélia. **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60?. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMPELO E PAIVA, Salvea de Oliveira. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**. São Paulo: Cortez, 2014.

COSTA, Denise Gisele Silva; SOARES, Nanci. Envelhecimento e velhices: heterogeneidade no tempo do capital. **Serviço Social e Realidade**, Franca, SP, v. 25, n. 2, 2016.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília: ABEPSS, Grafile, ano 2, n. 3, p. 09-32, 2001.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2010.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira *et al.* O extermínio de jovens negros pobres no Brasil: práticas biopolíticas em questão. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rei, p. 164-176, jan./abril. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

PAULO NETTO, José. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012

SOARES, Nanci; POLTRONIERI, Cristiane de Fátima; COSTA, Joice Sousa. Repercussões do envelhecimento populacional para as políticas sociais. **Argumentum**, Vitória, ES, v. 6, p. 133-152, jan./jun. 2014.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. **Argumentum**. Vitória, ES, p. 63-77, jul./dez. 2009.

VERAS, Renato. A longevidade da população: desafios e conquistas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 75, p. 19-34, set./out. 2003.